

N. Rain

**EU,
GREGÓRIO
BEZERRA,
ACUSO !**

1967

EU, GREGÓRIO BEZERRA, ACUSOI

Apresentação

Do fundo do cárcere, no Recife, Gregório Bezerra enviou o relato que se vai ler abaixo, em linguagem de autêntico "filho do povo", que Gregório é, como Maurice Thorez o foi. Retocar essas notas seria um crime, porquanto estaria sendo atingida a própria fidelidade do estilo de um camponês, fiel a si mesmo e às suas origens. Daí, porque, vale a pena conhecer o que Gregório escreveu, modestamente, sobre si próprio, algumas vezes até minimizando a sua participação nos fatos políticos e sociais. Em respeito à pessoa desse que, como Auguste Blanqui, o comunardo francês que ostentava nos seus setenta anos de vida, quarenta de prisão, clandestinidade e exílio — e Gregório está perto disso, como o político brasileiro, de todos os tempos, que mais tempo sofreu nos cárceres —, leiamos o relato que se incorporará, decerto, à história do povo brasileiro, como um documento do mais alto valor. Depois disso só nos restará recordar Górkí, quando disse: "— Homem, que essa palavra sóe bem alto". E, de fato, com Gregório ela ainda não deixou de ressoar, o seu éco se ouve em todos os rincões do País e as paredes medievais da Detenção do Recife não foram suficientes para abafá-la. Porque, ali, um homem, um político, um comunista, escreve, silenciosamente, com letras de ouro, uma saga que as futuras gerações brasileiras jamais esquecerão.



O RELATO

Minha infância «— Nasci no município de Panelas de Miranda, Pernambuco, em 13 de março de 1901, filho de camponeses paupérrimos e analfabetos e tive, como jardim da infância, o trabalho no preparação de roçados.»

«— Ao completar quatro anos de idade me disse minha mãe:

«— Meu fiinho, tu intera, hoje, quatro aninhos. Já tá um home, tá bom de trabalho, manhô tu vai trabalhar com nós, limpá mato no roçado.»

«— Meu pai colocou um cabo, numa enxada velha, gasta pelo trabalho e o tempo, e fêz o mesmo com um cacareco de foice, e me falou:

«— São teus. Toma conta e zela, da manhã envante tu vai aprendê a trabalhar com nós, em tudo.»

«— Foi a minha «escola», durante os primeiros anos de vida. E foi uma excelente escola.»

Vidas «— Em 1905, acossados pelos flagelos da seca e da fome, sêcas emigramos para a zona da mata, no sul do Estado de Pernambuco, para a zona canavieira. Fomos morar em um sítio de um casal de tios.»

«— Aqui fomos castigados por um inverno rigoroso que arruinou toda nossa lavoura e quase perdemos minha mãe.»

«— Famintos e aos trapos, fomos trabalhar no engenho «Brenhinho», onde comecei a minha vida de assalariado agrícola, ganhando 80 réis por dia, espalhando e juntando bagaço de cana, para alimentar a fornalha do engenho.»

Cabra-do-eito «— Estamos, agora, em 1907. Fui trabalhar, ou iniciar-me nos serviços do eito, com a assistência dos meus pais e dos meus irmãos. Tempos depois meu salário foi aumentado para 140 réis diários. Ainda neste ono passei a trabalhar como ajudante de carreiro, com um primo. Embora gonhando

mais e o trabalho exigir maior responsabilidade, tinha que me levantar de madrugada para juntar os bois e levá-los para o galpão onde ficavam os carros.»

«— Quando não havia trabalho de carriamento, ia trabalhar na estrebaria, cuidando do cavalo do senhor de engenho. Esse serviço me obrigava, também, a levantar-me de madrugada para ir aos brejos cortar capim, e amontoá-lo no caminho, para que depois fosse transportado à estrebaria. Depois, tinha que o limpar e serrá-lo. O animal tinha que ser bem tratado, pois assim queria o «patrão». Às 8 horas do dia, a estrebaria já devia se encontrar bem limpa, para o cavalo comer sua primeira refeição.»

Chêpa «— A minha primeira refeição era um gole de «pinga», barata dado por minha mãe, para, segundo ela, «espantar o frio e dar-me coragem». Às 10 horas enganava o estômago com um prato de farofa, com uma migalha de charque ou um pouco de bacalhau. A seguir ia cuidar da horta da «casa grande», até o meio dia, quando largava para levar o cavalo até o rio, onde o lavava e deixava-o beber. Para se ter uma idéia do meu tamanho, naqueles anos, basta que se diga que tinha de encostar o animal junto a uma pedra de regular tamanho, ou resto de tronco cortado, para alcançar o seu lombo ou pescôco.»

Desgraça «— Neste mesmo ano (1907) meu pai foi gravemente acidentado e levado, às pressas, para um hospital do Recife. Sómente tivemos notícia do seu fim quando já adultos. Fechando o ano, minha saudosa mãe veio a falecer, vítima de pneumonia.»

Orfandade «— Fiquei, assim, junto com outros irmãos, — ao todo, onze —, órfão de pai e de mãe. Minha avó materna tentou nos amparar, mas a fome e a seca devoravam tudo. Houve, então, a debandada, a família espalhada por toda parte. Eu fiquei com minha avó até 1910, quando emigrei para o Recife, como escravo doméstico da família do senhor de engenho de Brejinho, a quem vim encontrar de novo, em Palmares, Pernambuco.»

Disparada «— Dois anos mais tarde, não suportando os maus tratos e injustiças dessa família, fugi para não ser mais escravo de ninguém.»

«— Sem pais, sem casa onde residir e sem amparo de ninguém, ainda menino, tornei-me ganhador-de-fretes. Dormia onde o sono me vencesse, comia nos quiosques quando apanhava algum dinheiro. E quando não ganhava curtia fome. Era, assim, o dono de todas as calçadas, de todos os pés-de-escada abertos da cidade do Recife...»

Jornaleiro «— Encontrei gente boa, generosa, humana, mas encontrei, também, gente ruim, perversa e desalmada.»

«— Fracassando na profissão de freteiro e não tendo quem me orientasse, ou me arranjasse uma profissão segura, com o pão certo, tornei-me gazeteiro, vendedor de jornais, profissão duríssima na época, principalmente para os de minha idade.»

Operário «— Em 1917 cheguei a ser ojudante de pedreiro, arrumador de armazéns e até carvoeiro. Nos serviços de construção civil foi que me demorei mais. participei, então, das lutas sociais do operariado pernambucano. Em 1922 ingressei no Exército.»

Militar «— Fui soldado do Exército, desde 1922, e no Exército, em 1925, aprendi a ler. Resolvi, então, enfrentar o curso da Escola de Sargentos da Infantaria e já em 1926, no fim do ano, era promovido a sargento instrutor. Em 1930 matriculei-me na Escola de Educação Física do Exército. Até então era apolítico. Caíram-me nas mãos alguns livros sobre a História do Socialismo e das Lutas Sociais. Descobri a verdade, finalmente. Inspirado no exemplo e no luta herálica do povo soviético, desde a Revolução de 1917, achei o caminho que há muito procurava: — o caminho da libertação do Proletariado e das Massas Camponesas.»

Revolucionário «— Ingressei nas fileiras do glorioso Partido Comunista como um soldado consciente, e fiel, da Classe Operária e do Povo. Fiz-me revolucionário.»

«— Fui dos dirigentes do movimento armado da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, em Pernambuco e todo o Nordeste. Dei tudo que pude. Fui gravemente ferido, preso e bárbaramente espancado e torturado pela polícia política de Malvino Reis, Etelvino Lins & Cia. Recolhido à Casa de Detenção, fui julgado e condenado a 27 anos e meio de reclusão, pelo Tribunal de Segurança Nacional. Recebi, na prisão, a dolorosa trágica notícia do trucidamento do meu irmão, o dirigente operário José Lourenço Bezerra, que havia sido preso a 4 de agosto de 1936 e morto a 18 do mesmo mês, após 14 dias de torturas e de espancamentos. Deixou viúva e 5 filhos menores, o mais velho, com 6 anos.»

Decisão «— Queriam os covardes algozes do meu irmão que ele fizesse e assinasse «declarações espontâneas» contra o Partido, a Aliança, a Revolução. Ante o sua recusa, digna de um soldado da classe operária, liquidaram-no fisicamente em meio a horríveis torturas.»

«— Esse monstruoso crime da reação serviu para selar, definitivamente, as minhas convicções revolucionárias e enrijecer-me mais

ainda para a luta do povo brasileiro, na busca de sua completa emancipação.»

Prisões «— Durante 10 anos perambulei por diversos cárceres. Na Casa de Detenção do Recife passei 3 anos e 6 meses, na mais dura e desumana condição. Outros 3 anos e 6 meses, no Arquipélago de Fernando de Noronha, de onde saímos por causa da segunda guerra mundial e sua expansão. Passei, então, para a Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, onde existia um presídio de triste celebridade; pouco antes da Anistia, fui transferido para a Penitenciária do antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara. Isso, em 1945.»

Legalidade «— Libertado, em maio de 1945, voltei ao Recife, para reorganizar o Comitê Estadual do Partido Comunista, de que fui membro, e participar ativamente, das lutas democráticas. Em 2 de dezembro de 1945, após memorável campanha, tiveram lugar, em todo País, eleições gerais. Fui eleito deputado federal, na legenda do PCB, então legal, integrando, na Constituinte, a bancada de 15 parlamentares, que tinha como seu líder o camaráda Prestes. Fui o candidato mais votado do Recife e o segundo, por número de votos, em todo o Estado. Comigo se elegeram os companheiros Agostinho de Oliveira e Alcedo Coulinho.»

Constituinte «— Em minha passagem pelo Assembléia Nacional Constituinte pronunciei 22 discursos, salientando-se, pela sua importância e repercussão: 1) o direito de voto aos analfabetos e praças-de-pré; 2) a situação da juventude trabalhadora no Nordeste; 3) as reivindicações dos ex-combatentes.»

«— Como membro da Comissão Especial do Vale do São Francisco tive o reconhecimento, dos demais membros, quando destaquei a necessidade de se dar ao homem da região condições favoráveis de vida. Discuti a reorganização do Departamento Nacional da Criança, na mesma sessão em que ocorreu a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, em 9 de janeiro de 1948. Foi a minha despedida da Casa de Tiradentes.»

Farsa «— Em 16 de janeiro de 1948 fui sequestrado, em do 15 RI plena Cinelôdia, pela polícia política do Rio, por ordem do então ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa. Acusaram-me de haver incendiado o Quartel do 15º Regimento de Infantaria, sediado em João Pessoa, Estado da Paraíba, há dois mil quilômetros da cidade em que me encontrava, e dela não saíra. Fiquei incomunicável 91 dias, após o que me transferiram

para o Recife, em regime de semi-incomunicabilidade, até ser julgada pelo Conselho da Justiça Militar, na auditoria da 7.ª Região Militar. Fui defendido pelos advogados Aristides Saldanha e Carlos José Duarte, e da tribuna, acusei o quanto havia de falso em acusar-me de uma ação terrorista própria dos fascistas. Fui absolvida por falta de provas, resultado que todo o País já esperava.»

Mergulho «— O Serviço Secreto do Exército e a polícia política de Pernambuco inconformados com a minha absolvição, mesmo após um ano e vários meses de prisão injustificada, tentaram me sequestrar, promovendo um cerco ao quartel da RO, em Olinda e proximidades, do qual logrei escapar incólume, graças à ajuda de corajosos e dedicados companheiros.»

«— Fui forçado a cair numa duríssima clandestinidade, por 9 longos anos, caçado, por todo o país, pelas várias polícias políticas dos Estados e serviços secretos das forças armadas, como se fôsse um animal perigoso.»

Trabalho «— Fugindo de Pernambuco, passei à condição de «turista» sem dinheiro. Pude conhecer melhor a vida dos meus irmãos camponeses dos Estados de Goiás, Minas, Mato Grosso, São Paulo e norte do Paraná. Por onde andava, minha preocupação permanente era a de cumprir com o meu dever, ajudando as massas operárias e camponesas a se organizarem. Realizei centenas de comícios, conferências e palestras sobre a Reforma Agrária. Organizei dezenas de núcleos de futuras Ligas Camponesas e, onde pude, sindicatos rurais. Ao lado dos posseiros, do norte do Paraná e de Goiás, lutei contra os «grileiros» e ladrões oficializados, assumindo, essas lutas, algumas vezes, formas vigorosas. Colhi mais de 16 mil assinaturas na campanha do «Apelo de Estocolmo» e organizei centenas de Conselhos Pró Paz, no Brasil, batendo-me contra a preparação guerreira e seus traficantes.»

Autocrítica «— Autocriticando-me penso que jamais me descuidei dos meus deveres específicos de militante comunista. Ao menos, no fundamental. Admito haver cometido erros e possuir algumas falhas que, com a ajuda do povo e do Partido, superei. Creio, contudo, que, em tempo algum jamais me faltou ânimo para desempenhar as tarefas de organização da vanguarda política da Classe Operária.»

«— Tenho alguma experiência no trabalho paciente da organização das massas, de que provenho, e às quais sempre me liguei e com elas muito aprendi na sua luta incessante contra o latifúndio e o imperialismo, pelo progresso e a emancipação social do Brasil. Essa luta será minha até a morte, eu a asseguro, da prisão onde me

encontro. Sempre lutei e continuarei lutando pelo registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, por cuja legalidade todos devemos nos bater, em nome da própria democracia em nossa terra.»

Humanismo «— Em 1957 o chava-me excursionando pelo interior baiano. Fazia já nove anos que estava afastado da família. Senti saudades da esposa, dos filhos e dos netos. A êstes, nem sequer conhecia. Meus filhos tinham casado e já eram pais, como eu o fui, ainda jovem. Não conhecia, também, genro, nem nora, a quem desejava, igualmente, abraçar. Como avô, tinha uma vontade irresistível de beijar meus netos, pô-los ao colo e fazer-lhes carinhos. Não aguentei as saudades e vim ao Recife, sem dar conhecimento a ninguém, mesmo ao Partido, porque queria ser o único responsável pelo meu ato, ousado demais, para quem se achava em dura e cruel clandestinidade revolucionária.»

«— Vim, vi-os, senti-os e, na volta, fui reconhecido e preso, na cidade sertaneja de Serra Talhada, interior de Pernambuco, de onde me transferiram para o Comissariado de Caxangá, no Recife. À noite desse mesmo dia fui duramente interrogado pelo delegado Álvaro da Costa Lima e o «tira» conhecido por «Chico Pinote». No dia seguinte me transferiram para a Secretaria da Segurança Pública, onde fui ouvido pelo coronel Secretário de Segurança. Não fui espancado, recebi apenas ameaças. Estava preparado para tudo e até me surpreendeu o tratamento recebido. Do Recife mandaram-me à Polícia Central, no Rio, onde, igualmente, fui tratado como ser humano. Dias depois fui posto em liberdade, em obediência a uma ordem de «habeas-corpus» e semanas, opós, era revogada a prisão preventiva contra mim decretada. Custara-me caro a grave infração às normas de segurança do Partido, a aventura sentimental, a saudade familiar, o meu lado humano.»

Vida «— Mas a inexistência de qualquer processo contra mim, a livre partir de então, tornara-me um homem livre, como os demais.

Não havia mais razão para aculter-me, mesmo, porque, a dura ilegalidade do Partido estava sendo atenuada, inúmeros quadros haviam retornado à atuação política de massas sem nenhum constrangimento policial. Resolvi tentar o retorno a Pernambuco e ao Nordeste, apesar das ameaças de prisão e até de liquidação física, mesmo porque, todo revolucionário deve ter um pouco de audácia.»

«— Ao chegar ao Recife engajei-me, de novo, no trabalho de massa, na campanha pelo renovação dos títulos eleitorais e alistamento de novos eleitores. As massas, descrentes dos políticos das classes dominantes, não confiavam mais em eleições, fazendo pouco caso do trabalho eleitoral. Tivemos que agir com paciência, mas, os

resultados foram magníficas, porque conseguimos criar a «Frente do Recife», integrada pelas forças progressistas e patrióticas, e eleger o seu candidato, o dr. Pelópidas Silveira. Mais tarde, em 1959, com o apoio tardio do Governador Cid Sampaio, elegemos o nacionalista Miguel Arraes de Alencar, prefeito do Recife. E em 1962, mesmo lutando contra o Governador, o latifúndio, o imperialismo e o IBAD, afora o Rosário em Família, o povo fêz do dr. Miguel Arraes de Alencar, governador.»

Tempos «— Pernambuco teve, então, o primeiro governo estabelecido por Arraes dual autênticamente democrático e progressista. Governo que humanizou a zona rural, garantindo deveres e direitos, a ricos e pobres, empregadores e empregados.»

«— Dirigi em Pernambuco a campanha pelo registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro. Realizei comícios e conferências em todos os bairros do Recife e nos principais municípios do Estado.»

«— Participei de todos os movimentos nacionalistas e democráticos que tiveram lugar no Brasil.»

Golpe «— Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, fui preso quando procurava mobilizar a massa camponesa pernambucana para defender a permanência, no governo, do dr. Miguel Arraes de Alencar e resistir ao movimento insurrecional. Estava em Palmares e fui levado ao Parque de Moto Mecanização, em Casa Forte e espancado, pessoalmente, pelo coronel do Exército Darcy Ursuar Villocq, a cano de ferro, no que foi este ajudado por três ou quatro sargentos. Fui, também, amarrado e arrastado pelo pescoço, pelas ruas do Recife, num espetáculo de puro nazismo que horrorizou a toda gente. Hoje me encontro recolhido à Casa de Detenção do Recife, onde escrevo estas notas, aguardando a meu julgamento, pelo Conselho de Justiça Militar da 7.ª Região. Estou tranquilo, porque, ao meu lado está todo o povo brasileiro, o proletariado, as massas camponesas, os intelectuais. Não temo o futuro. Espero o dia em que serei libertado, que acredito próximo, se o povo souber unir-se para derrotar a ditadura que aí está. Então estarei outra vez, nas ruas, ao lado do meu povo, para lutar pela libertação nacional, do jugo de nossa Pátria pelos imperialistas norte-americanos, pelo progresso do Brasil, contra o atraso e pelo bem-estar de todo o povo brasileiro.»

«— Esta é a minha única aspiração.»



A TORTURA

A literatura revolucionária contém preciosas narrativas, acerca de brutalidades e de torturas, sofridas por revolucionários e patriotas, nos vários países do mundo, através dos tempos. O relato do poeta Júlio Fuchik, publicado em livro sob o título "Testamento sob a Fôrca", ainda hoje comove milhões de leitores, queimando como fogo as carnes putrefactas dos SS nazistas. "Memórias do Cárcere", de Graciliano Ramos, continua sendo o maior libelo acusatório do Estado Nôvo e da edição brasileira do fascismo, agora rediviva, por obra e graça do Pentágono. As palavras que vamos ler não foram produzidas por um poeta, como Fuchik, ou um escritor do gênio de Graciliano. Um camponês, de mãos grandes, desengonçado, de olhos azuis, os cabelos embranquecidos pelo tempo, pronunciou-as diante dos juízes militares, da imprensa, dos advogados e do povo que compareceu ao seu interrogatório na Auditoria da 7.ª Região Militar, no Recife. Algumas dessas palavras foram publicadas, em jornais, resumidas ou truncadamente. Outras, oralmente, chegaram ao conhecimento de diminutos círculos, como foi acontecer em época de ditadura. Vale a pena, pois, lê-las na sua íntegra, sem glosas, nem comentários, como foram ditas e por quem o foram.

Apenas se custa a acreditar, após conhecê-las, que a natureza humana haja descido tanto no Brasil de hoje. Ao se tomar conhecimento do miserável papel de tortionários, como os Villocqs e Ibiapinas, e seus auxiliares, tem-se a vontade de dizer como aquela personagem de Sartre, em "Mortos sem se-

pultura": "— Num mundo onde a maldade é tanta, a vida não tem sentido".

Os Himmlers e os Heidrichs, os enforcados de Nuremberg, as béstias de Buchenwald e os cães de Auschewitz, e até os torquemadas, se vivos fôssem, aplaudiriam, delirantemente, seus discípulos diletos de verde oliva, desgarrados nos trópicos.

Felizmente o que conta, para a História e a Vida, não são os Villocqs e Ibiapinas: são os Gregórios. Quem recorda o nome do fuzilador de frei Caneca ou do carrasco de Tiradentes? A espécie humana não está representada, nunca, por êsses trogloditas, por êsses escapos das cavernas, mas, sim, pelos homens como Gregório que conseguem triunfar sobre a baixeza, o sadismo, a dor física, a vontade de trair, de conciliar com o carrasco, de não pensar na morte.

Fuchik ao subir para o patíbulo, depois de passar por horríveis torturas, ainda podia dizer: "— Homens, eu vos amava". Gregório, como Fuchik, passou pela tortura e não perdeu o sentimento humano, o amor pela humanidade. Vidas assim, não perderam o sentido, nem serão, jamais, um equívoco.

Prisão «— Minha prisão teve lugar no dia 2 de abril de 1964, em terros de propriedade do Usino Pedrasa, no município de Cortês, em Pernambuco, cerca dos 9 horas do aludida dia. De jipe, eu me dirigia sózinho, para Ribeirão, sabendo, por alto, dos acontecimentos que se desenrolavam no País.»

«— Ao oproximo-me da Usina Pedrasa, encantei-me, frente a frente, com outro jipe, guiado pelo capitão Rêgo Barros, do Palícia Militar de Pernambuco, que se fazia ocomponhar de diversos investigadores. Quando me reconheceu, deu-me voz de prisão.»

Tentativa A seguir Gregório conta camo, ao ser conduzido preso, deporou-se, aa mesmo tempo, com um destacamento do 20º Batolhão de Caçadores, que ocupara Ribeirão, vindo de Moçâo e um bando de pistoleiras, comandados pela usineiro Jasé Lapes de Siqueira Santos, que se notabilizara, tristemente, pelo assassinio, a metralhadora, de camponeses da Usina Estreliana, de suo propriedade que, pomicamente, reclamavam o pagamento de salários atrasados.

O capitão Rêgo Barros evitou o seu trucidamento, alegando que a prendero à ordem do coronel Ivan Rui, návo secretaria de Segurança Pública e só àquela autaridade, ou ao Exército, entregorio

o prisioneiro. Finalmente se chegou a um acordo: um pelotão do 20-BC levou-o diretamente ao Quartel-General do IV Exército, onde já o esperava, para interrogá-lo, o próprio general Justino Alves Bastos.

Afronta Gregório Bezerra conta que, em Ribeirão, tivera o pulso amarrado com cordas e songrava quando o levaram à presença do general Justino. Lá estava o truculento coronel Ibiapina que, ao vê-lo, perdeu a compostura e ameaçou-o na presença do próprio superior: «— A tua honra vai se dissolver doqui a pouco».

E acrescentou: «—General, êsse Gregório Bezerra foi meu instrutor no Colégio Militar do Ceará, o melhor instrutor de educação física, o homem mais estimado e mais querido dos alunos do Colégio. Hoje, metido no comunismo! Traiu a confiança de todos e da Pátria, êsse Gregório! Hoje tenho nôjo e ódio de ti!»

Com a mesma entonação de voz Gregório respondeu-lhe:

«— Também tenho nôjo e ódio aos que me insultam! Sou mais patriota do que aqueles que me chamam de traidor e de vendido!»

Armas O general Justino Alves Bastos antes de recolher Gregório perguntou-lhe:

«— Onde estão os depósitos de armas sob a sua responsabilidade?

Gregório respondeu-lhe com dignidade revolucionária:

«— Que depósitos, General! Não os tenho. Se os tivesse, não estaria, agora, em vossa presença, sendo humilhado e insultado dessa forma. Estaria nas ruas, lutando.»

Justino insistiu:

«— O que estava fazendo pelos engenhos e usinos?»

Gregório redarguiu:

«— Cumprindo o meu dever de patriota, junto aos camponeses espoliados e escravizados pelos latifundiários.»

Ibiapina interveiu:

«— Essa, não! Comunista cumprindo deveres patrióticos...»

Quem já viu um traidor da Pátria ser patriota?»

Gregório mais uma vez objetou:

«— Sou comunista e sou um patriota verdadeiro.»

E protestou, enérgicamente, contra as ofrontas que recebia.

Tortura O drama de Gregório, daí por diante se desenrola em meio ao terror, digno de descrição por um Kafka ou um Hoffmann. Levaram-no para a Fortaleza dos Cinco Pontos, em cujos cercos foi fuzilado Frei Coneca e depois, para o Parque de Moto-Mecanização, no arrabio de Cosa Forte, guarnição sob o comando do coronel Villocq.

O próprio coronel foi esperá-lo, no pátio do quartel, com um cano de ferro, iniciando, êle próprio, o espancamento, aos gritos de que Gregório havia incendiado «o meu sagrado 15 RI», mentiro deslavado, porquanto Gregório fôra absolvido da acusação pela própria Justiça Militar. Tratava-se, tão só, do busca de um pretexto para o início das atrocidades.

Relatou Gregório aos juízes militares:

«— Uns três ou quatro sargentos do Parque de Moto-Mecanização, instrumentos inconscientes daquele verdugo, completovam o espancamento com ponta-pés e sôcos por todos os lugares do meu corpo. As pancadas se sucediam no estômago, no rosto, nos rins, nos testículos, nas costas, nas pernas. Um grupo de sargentos e soldados, ao longe do pátio do quartel, assistia aquêle quadro de covardia e sadismo sem precedentes, silenciosamente.»

As sevicias continuaram, no xadrez. Gregório sangrava, abundantemente. O próprio Villocq batia com o cano de ferro, num homem ogorrado, gritando, histéricamente: «— Eu sou ibodeono!» E os sargentos agressores, em cárô: «— Nós ,também!» Desnudorom-no, quase desmaiado e Villocq mandou que os sargentos lhe enfiassem o cono de ferro no corpo. Gregório reuniu os últimos fôrças, revidou os golpes e pôde salvarse da supremo ignominia orquitectada por uma bêsto humana.

Circo Romano Vestiram-lhe um calção, otoram-lhe o pescoço com uma corda e depois de o fizerem andar num chão molhado com ácido, para queimar-lhe a planta dos pés e embaçarem a vista, resolveram «passear» com Gregório pelos ruas odiosas do quartel.

«— Ai, Villocq comandou a minha saido — diz Gregório — em procissão, pelo subúrbio da Caso Forte, numa demonstração tipicamente medieval. Eu, na frente, de calção, com o sangue a jorrar de todos os lados, e a malta de militares, com Villocq no comando, a puxar-me pelo pescoço, em três tiros de cordo, cada um puxando para um canto. E eu, sem poder me pôr em pé, tal o estodo de abatimento físcico. Mas se eu caisse, tolvez fôsse pior. Então, eu reagio e punha-me a andar. Os pés, nessas olturas, eram verdadeiras feridas, pela ação do ácido.»

«— Gregório Bezerra vai ser enforcado no Proça de Cosa Forte! Venham ver!» — gritava o nazista Villocq, como um possesso. Outras vêzes convidava o povo para lynchá-lo, sem que fôsse atendido. Também aludia ao seu fuzilamento. Os alunos do CPOR negaram-se a participar do massocore. Uma irmã de coridade desmaiou. As mulheres choravam convulsivamente entre elas a própria espôso do coronel Villocq, o que irritou o SS, o qual gritava, a altos bro-

dos: «— Está com pena dêste bandido? Ele vai morrer agora mesmo. Venha assistir também o seu enforcamento na Praça, venha também.»

Mais de mil pessoas assistiram, atônitas, o massacre, porque mesmo na rua, ainda o espancavam. Parou o trânsito. Passageiros de carros particulares e ônibus foram obrigados a presenciar um espetáculo que o Recife só vira, dantes, no Brasil Colônia, quando foram justiçados os revolucionários de 1817. Uma freira telefonou para o Arcebispo interino pedindo para parar o «espetáculo de circo romano». O pastor se entendeu, diretamente, com o comandante do IV Exército, general Justino, o qual aquiesceu. A ordem de parar veio pelo coronel Ibiapina, que «argumentou» com Villocq a seu modo: «— Ainda tenho de interrogá-lo. Depois, façam dêle o que quiserem.»

O Homem Villocq, entretanto, saiu derrotado nos seus intentos. Não conseguiu, em momento algum, o apoio da população, mesmo das classes médias, habitantes do bairro. Os oficiais da reserva recusaram-se a participar do massacre. E de centenas de soldados, graduados e oficiais, apenas uns poucos consentiram em se reboixar ao papel de verdugos SS.

A sua maior derrota, porém, foi quando pretendeu humilhar Gregório e desmoralizá-lo, perante o povo.

«— Diga, bandido: eu sou um traidor da Pátria!»

Ao que Gregório respondeu:

«— E eu sou um patriota, coronel!»

«— Diga, bandido: minha pátria está livre!»

Gregório, outra vez, fulminou:

«— Minha pátria será livre, coronel.»

Filmagem «— Fui levado, novamente, para o quartel das Cinco Pontas. Seriam 15 horas e 30 minutos. Ai chegando, fui filmado pelos fotógrafos de televisão, no estado em que eu estava. Depois eu soube que este filme foi levado, nas duas televisões do Recife, à noite, despertando uma onda de indignação em todo Nordeste. Houve gente que desmaiou de emoção, durante o filme em que eu aparecia completamente ensanguentado, com as cordas no pescoço» — contou Gregório no seu depoimento aos juizes militares.

A Lei de Segurança do Estado diz em seu artigo 23:

«— Ofender fisicamente, injuriar ou coagir, por motivos doutrinários, políticos ou sociais, pessoa que estiver sob a sua autoridade ou permitir que outro o faça.» Pena: reclusão de um a dois anos.

Os regulamentos militares também mandam punir, rigorosamente, os comandantes que ajam como Villocq agiu, cominando-o, ainda, com sanções morais, porque, segundo o código de ética da profissão

tal procedimento infamante atinge o bom nome da corporação e a honra dos seus componentes.

Os juízes militares, contudo, não mandaram abrir nenhum inquérito policial militar a respeito. O general Ernesto Geisel que, a mando do marechal Castelo Branco, compelido pela imprensa o investigar «o caso das torturas de criminosos políticos», ouviu Gregório, concluiu pela improcedência das acusações.

O coronel Ibiapina foi promovido por merecimento e obteve, como prêmio, a responsabilidade de comandos de maior importância no sul do país.

Mensagem Assim Gregório concluiu sua narrativa aos juízes militares:

«— Sofro, ainda, as consequências das torturas que me foram impostas por Villocq, esperando no cárcere que o furacão desapareça e surja novamente a liberdade, o melhor bem da vida.»

«— Preciso operar-me e recuperar, totalmente, a minha saúde, para continuar lutando pela libertação nacional do jugo dos imperialistas norte-americanos, pelo progresso do Brasil, contra o atraso e pelo bem-estar de todo o povo brasileiro. Esta é a minha única aspiração.»

O PROCESSO

Gregório Bezerra, mais uma vez, enfrenta um tribunal da reação, após três anos de sua prisão, no Estado de Pernambuco, em 2 de abril de 1964. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, como incursão nas penas do artigo 2º, do referido diploma legal que pune o crime de lesa-Pátria e de traição nacional, aguarda o veredito dos juízes militares da Auditoria da 7.ª Região Militar, podendo vir a ser condenado a uma pena de 15 a 30 anos.

O processo é uma monstruosidade e quem o diz é a sua defensora, a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira, que aceitou a incumbência do patrocínio da causa porque seus anteriores advogados se declararam coatos e sem condições para o livre exercício da profissão. «— Sob todos os aspectos, esse processo é uma monstruosidade jurídica. Há, nêle, graves nulidades, tanto de forma como de conteúdo. Sua peça informativa — o inquérito policial militar — tem manchas de sangue. Do sangue do espancamento dos réus e de testemunhas. Muitos dos denunciados sofreram os piores suplícios — que a Nação conheceu em detalhes. Gregório quase foi morto. Suas torturas foram filmadas e rodadas no vídeo das televisões do Recife, num espetáculo de circo romano.» — diz a sua defensora.

Prosegue a dra. Mércia: «— Das nove testemunhas de acusação ouvidas em Juízo — nove testemunhas, apenas, para um processo de mais de trinta réus! — a maioria delas é confessadamente agentes do Serviço Secreto das Forças Armadas. As que não são agentes secretos, são militares da ativa da Polícia Estadual. Todas, enfim, com interesse na causa, na apuração unilateral da causa.»

Pode-se prever o que ocorrerá quando os «juízes» pronunciarem o seu veredito. O IPM sobre «a subversão em Pernambuco» foi presidido pelo tenente-coronel Hélio Ibiapina, do Serviço Secreto do Exército e que se celebrou pelas torturas infligidas às suas vítimas. Esse IPM teve a chancela do então general comandante da 7.ª RM, general Murici, de notória ideologia fascizizante. Os oficiais que compõem as Auditorias Militares, na presente época de ditadura não

cializada, são inferiores tanto ao apurador, como ao chancelador da farsa. Além de tudo foram escolhidos a dedo, afastados aqueles que poderiam pôr em dúvida as acusações ao «cabeças», que são o ex-governador Miguel Arraes, seus auxiliares diretos e Gregório Bezerra. Não é por acaso que a reação faz questão que os acusados de «crimes políticos» sejam julgados por tribunais militares. Emílio Zola conta em seu livro «Acuso» que, tendo pôsto em dúvida a honestidade do julgamento que condenou o capitão Dreyfus, de origem judia, como traidor da França e espião da Alemanha, foi processado pelo ministro da Guerra, perante um tribunal militar. Quando o ministro da Guerra compareceu ao Supremo Tribunal Militar para, em pessoa, ratificar a sua queixa contra o jornalista, à ocasião sentado no banco dos réus, os «juízes» puseram-se em posição de sentido e até o presidente, inadvertidamente, os acompanhou. Zola se sentiu prejulgado e da própria sala de audiência rumou à Inglaterra, onde pediu asilo e tomou conhecimento da sua condenação. Isso não quer dizer, contudo, que não possa haver exceções à regra, que esse ou aquele juiz dê provas de honestidade profissional ou pessoal. Tem havido casos até mesmo no STM, no mais alto escalão do Judiciário militar, mas, via de regra funcionam os tribunais militares como «juízos de castas», como os chamou um ex-auditor militar, Gomes Carneiro.

A monstruosidade maior não é o processo em si, nem o juízo a que foi distribuído: ela consiste, na verdade, na desfarçatez com que pessoas comprometidas com o imperialismo estrangeiro, ou mais precisamente, com os objetivos criminosos dos trustes norte-americanos e dos militares do Pentágono, que tudo fazem para atrelar o Brasil ao carro de guerra dos Estados Unidos, seja em São Domingos, seja no Vietnam, que estão leiloando as riquezas minerais do País e até liquidando as indústrias estatais nacionais, após haver alienado a soberania pátria quase que inteiramente, em favor da OEA, essa gente tem o cinismo de acusar de «vende-pátrias» a patriotas provados como Miguel Arraes e Gregório Bezerra! É a velha tática do larápio que sai gritando «pega o ladrão» para salvar-se da polícia...

O promotor Acioli, a quem foi dada a tarefa inglória de acusar Arraes e Gregório, é um conhecido arrivista político que, em certa época de sua vida, se intitulou «homem de esquerda» e chegou mesmo a presidir uma das associações de bairros do Recife, mantendo contactos administrativos com o sr. Miguel Arraes, quando prefeito e mesmo após governador. Por isso mesmo ele resolveu dar à peça de denúncia um certo colorido de crítica ao marxismo, citando, amiúde, Lênine, Marx, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung, para provar a sua tese de que estava em curso no Brasil, em 1964, a preparação psicológica de uma «guerra revolucionária» através do que classificou «prolegômenos da subversão». Os mestres do socialismo são ci-

tados, ora truncados, ora falsamente, mas, ainda mesmo apelando para o que leu na sua juventude de homem pobre e desprezado pela sociedade aristocrática, não conseguiu o «intelectual» energúmeno justificar o objeto de sua denúncia, qual o de provar que Arraes e Gregório eram agentes, subsidiados por potências estrangeiras. As testemunhas, agentes secretos e alcaguetes, foram obrigados a confessar que não sabiam o que eram essas talas «potências estrangeiras»... E o próprio representante do Ministério Público não se dignou a tipificar a potência autora intelectual do crime, aludindo, ora à União Soviética, ora a China Popular, ora a Cuba, mas, sem, na verdade, dizer em que dia, em que hora, em que momento, Arraes e Gregório receberam «dinheiro e armas» de supostos agentes dessas potências do socialismo científico. A devassa na vida de Arraes e Gregório comprovou que são ambos pobres e honrados. Nada se lhes pôde acusar no que tange às suas vidas particulares. E quanto às «armas», Gregório, idagado do general Justino Alves, respondeu, em pleno quartel do IV Exército: «Que depósitos de armas, General! Não os tenho. Se os tivesse, não estaria, agora, em vossa presença, sendo humilhado e insultado dessa forma. Estaria nas ruas, lutando!»

Não há dúvida que, juridicamente falando, a denúncia do promotor é inepta, como sustentou, valentemente, a dra. Mércia de Albuquerque Ferreira. E que, politicamente, «o processo da subversão comunista em Pernambuco» é uma iniqüidade. Não é a Gregório, nem a Arraes, nem aos seus auxiliares que se vai julgar entre quatro paredes de uma Auditoria: é ao povo brasileiro, representado pela sua parcela pernambucana. Miguel Arraes fez em Pernambuco um governo diferente, voltado para os interesses dos trabalhadores urbanos e agrícolas. Inaugurou um estilo novo de administração, baseado na cooperação dos governados com os governantes, a dinamização administrativa através do trabalho de equipe e objetivando o bem-estar social. As estruturas tradicionais se viram ameaçadas e o combateram. O povo o apoiou porque se sentia identificado com os seus ideais progressistas. No depoimento que prestou na Justiça Militar, recentemente, Gregório fez a defesa «do honrado doutor Miguel Arraes de Alencar» e da própria tribuna em que, ocasionalmente se encontrava, acusou aquêles que o depuseram, denunciando os motivos que o fizeram «alvo das investidas golpistas, em abril de 1964». Eis o comportamento de um revolucionário honrado como Gregório: preferiu defender Arraes, a se defender, pessoalmente. E ainda mais, defendeu Arraes e a si mesmo, politicamente, acusando a ditadura que aí está de intervir em Pernambuco, em favor de cruéis latifundiários como o usineiro José Lopes de Siqueira Santos, impune metralhador dos camponeses da usina Estreliana.

Arroes está exilada no Argélio, Gregário preso no Recife. Quolquer que seja o resultado do julgamento do Auditorio do 7.^a RM, de uma causa estemos certos: a povo julgará os pseudo julgadores de hoje. A História caberá a implacável julgamento final. E, então, os restas insepultos do fascismo terão o destino merecida.

A DEFESA ACUSA

As Testemunhas No seu depoimento proferido em 17 de outubro de 1966, perante o Conselho de Justiça Militar da 7.^a Região Militar, após relatar as torturas sofridas no Parque de Moto-Mecanização e o «espetáculo de circo romano», da Praça da Casa Forte, Gregório Bezerra passou a contestar o depoimento das testemunhas de acusação, o ex-sargento Artur Bruno Schwambach, Élcio Souto e Cristávão de tal, todos grandes empresários de ônibus, no Recife e seus inimigos, porque, como o recordou Gregório, antes de 1964, havia ele dirigido campanha contra os aumentos extorsivos das passagens e pela municipalização dos transportes coletivos.

Ademais, essas três testemunhas são, confessadamente, agentes do Serviço Secreto do Exército, o ex-sargento Schwambach se declarou «compadre» (sic) do tenente-coronel Hélio Ibiapina e ele próprio relatou que, a pedido do IV Exército, haviam conduzido Gregório preso da 2.^a Companhia de Guardas até Cinco Pontas.

O promotor Francisco Acioli julgava poder contar com êles para dar, ao processo iníquo contra Arraes e Gregório, um verniz de «legalidade». Quando a defesa interrogou dos três alcagüetes o que faziam, no comando do IV Exército, à ocasião em que estavam Gregório, a professora Maria Celeste e outras pessoas presas, responderam que ali foram, em dia de conflagração armada, «vender terrenos a oficiais do Exército...»

Essas gaias testemunhas, que qualquer tribunal decente rejeitaria, tentaram, também, usar a tática de dividir réus e co-réus. Élcio Souto afirmou que Gregório tinha chamado «os comunistas de Pernambuco de covardes, porque sómente ele, Gregório, tentara defender o governo que estava nas mãos do comunista Miguel Arraes». Evidente a intenção do espião: incriminar o nacionalista Miguel Arraes de «comunista», para retirar o apoio que o mesmo recebia, politicamente, de círculos industriais e comerciais não satisfeitos com a política entreguista; e, ao mesmo tempo, fazer crer às massas populares,

que confiam em Gregório, que o Partido Comunista abandonou-o à própria sorte, não cumprindo seu dever de resistência ao fascismo.

É o velha tática burgueso do «colunai, colunoi, colunai que, no final, alguém causa fica», que o próprio Gregório soube combater, de pronto, chamando-os pelo verdadeiro nome: «mentirosos, policiais».

Retorção Gregório, como um experimentado líder revolucionário, sabe que, diante dos tribunais da reação, o marxista-leninista não pode adotar a posição passiva de «réu», nem se colocar na defensivo. A única tática capaz de produzir efeito satisfatório é o política, não o jurídico. O banco dos réus também pode se transformar unmo tribuna e, por cima dos juízes, o revolucionário fará chegar suas palavras ás massas, se corajosamente, souber desmascarar as farsos dos detentores ocasionais do poder. Dimitrov soube, como ninguém, mostrar-se um discípulo à altura de Lênine quando, perante um tribunal civil do III Reich, acusou o marechal Hermann Goering, testemunho de acusação de ter sido ele próprio, e não os comunistas, os incendiadores do Parlamento Alemão. Dimitrov tornou-se um incômodo para os nazistas, com as suas denúncias e êstes preferiram libertá-lo. Anos depois Goering confessou, em Nuremberg, aos juízes do Tribunal Internacional que o ouviam que Dimitrov falaria a verdade: o Reichstag havia sido incendiado a mando de Hitler, porque, o «führer» queria poderes excepcionais e o Parlamento se negava a concedê-los. Havia que ser inventada uma «conspiração comunista» para justificar o estado de emergência. Dimitrov acertara porque usara da lógica do «a quem aproveita o crime?» e «quem usa do terrorismo como arma política?»

Gregório, próprio, dera, em 1949, um exemplo idêntico, ao repetir perante o próprio tribunal que, novamente o julga e então o absolveu, a autoria do incêndio do 15 RI, da Paraíba, uma reedição, em pequena escala, do caso do Reichstag. Ardeu o quartel da Paraíba quase que no mesmo dia em que, no Congresso, se cassavam os mandatos dos parlamentares comunistas acusados de favorecer uma conspiração em marcha...

Subversão Dai porque, Gregório se defendeu, desde logo, da pecho de «subversivo», atirada, justamente, por um grupelho que assaltou o Poder, rasgou uma Constituição e violentou as instituições republicanas, inaugurando uma era transitório, de fascismo e de poder pessoal, no Brasil, que só encontra prescedentes em 1937.

— Não sou subversivo, sr. Presidente, sou um revolucionário, a serviço das causas do proletariado e do povo da minha terra — disse Gregório aos juízes militares.

«— Se ser subversiva é defender a reforma agrária radical; se ser subversivo é lutar contra a exploração do homem pelo homem; se ser subversivo é defender o livre desenvolvimento da indústria e da economia nacional contra o poder dos trustes norte-americanos, então eu sou subversivo» — afirmou Gregório, a esta altura já de pé, em plena sala de audiências, ouvido com particular atenção, pelos juízes militares e em meio a absoluto silêncio na Auditoria.

Porque, com essas palavras, a defesa não se defendia, acusava e mostrava àqueles que teriam de o julgar que, a partir daquele momento estavam alertados para o fato de que estavam sendo instrumentos dóceis de uma hierarquia a serviço de interesses contrários a todo povo brasileiro. Depois de ouvir as palavras pronunciadas por um quase septuagénario, a ninguém era lícito desconhecer a verdade e o dever da luta contra o imperialismo, e seus agentes na nossa Pátria.

Firmeza «— Nunca lutei às escondidas. Sempre fui homem de luta às claras, porque, para defender meu povo, não preciso de subterfúgios» — afirmou.

E defendendo o direito dos comunistas, de defender suas idéias, de votar e de participar da vida pública, aduziu:

«— Não perdemos os nossos direitos políticos. Continuamos em pleno gôzo de nossa condição de cidadãos brasileiros. E como cidadãos brasileiros estamos obrigados a cumprir o nosso dever na vida política da nossa Pátria».

Gregório se recusava a aceitar o decreto do marechal Castelo Branco que lhe retirou os direitos políticos, por 10 anos. E isso o dizia aos juízes militares. Eis uma atitude digna de todo patriota brasileiro, não se conformar, não transigir, não aceitar o fato consumado, o arbitrio. Mesmo depois de «cassado» Gregório fazia o seu comício, para o público que a própria reação lhe fornecera: oficiais e soldados do Exército. Em suma, o povo fardado, já que o sem farda fôra impedido de ouvi-lo.

Profissão Gregório quando fala de si é para falar do Partido e de Fé do Povo. Um e outro entranharam-se-lhe na alma e na carne, que se tornaram na carne de sua carne. Gregório vê antes de tudo a organização, a vanguarda, porque sabe que, sem ela, como depositária de uma ideologia superior, é impossível a libertação de um povo. Não há exemplo, em contrário, na História.

«— Tornei-me comunista, porque, desde menino, vi a fome matar os meus irmãos camponeses. Tornei-me comunista por conhecer, na própria carne, o terrível flagelo das secas no Nordeste e a exploração dos latifundiários. Tornei-me comunista porque não me con-

formo com a alienação do nossa Pátria aos negocistas do imperialismo norte-americano. Portanto, como comunista e verdadeiro patriota, cheguei à conclusão de que, nos condições atuais, o primeiro passo para a libertação do nosso povo da opressão imperialista é a conquista de uma reforma agrária radical, que elimine o latifúndio e entregue as terras às grandes massas camponesas que nela trabalham e vegetam, como verdadeiras servas de uma minoria cruel e desumana de latifundiários.»

Profissão de fé honesta, análise correta da realidade brasileiro. Enquanto Gregório estava na prisão, a ditadura, que conjuga à violência a demagogia, criou um órgão para fazer a «reforma agrária», com a sigla de IBRA. Em palavras, a reforma agrária está feita através de um «estatuto da terra», de regulamentos e portarias. Mas o IBRA só tem feito expulsar camponeses, como ocorre na Baixada Fluminense, e arrancar impostos extorsivos. Da mesma forma que nega legitimidade ao Estado Militarista e base moral ao fascismo, Gregório nega todas as suas reformas, porque sabe que elas são «para inglês ver», o monopólio da terra continua intocado. E é do entrelaçamento dos trustes imperialistas estrangeiros com os latifundiários que surgem as situações políticas como essa que aí está, que nega o próprio direito de sobrevivência à indústria nacional, já não só às amplas massas produtoras, operárias e camponesos.

Que Fazer? «— Que fazer para sair da situação de miséria e de fome, no Brasil?» — se perguntou Gregório Bezerra. E ele próprio respondeu:

«— Não era nosso desejo recorrer à subversão, sr. Presidente. Somos revolucionários, mas defendemos uma saída pacífica para os nossos problemas; uma saída que não é uma quartelada ou uma luta intestina entre irmãos.» — continuou.

Gregório não se referia, apenas, o 1964, mas aos dias atuais, em que o desespere e o aventurem levaram muitos a admitir, de imediato, o apelo às «soluções de força», esquecidos de que Lênine, ainda em março de 1917, procurava uma «saída pacífico» para a Rússia convulsionada, advertindo que se devem esgotar todos os meios legais e constitucionais antes de se passar à cartada final.

Gregório explica o sentido desse luto:

«— Não é uma luta pacífica, de braços cruzados, porém uma luta de massas, de pressão de massas, com o povo nas ruas, nos sindicatos, no Parlamento, nos quartéis, defendendo prontas soluções para os ongustiontes problemas nacionais.»

«— Na verdade, isto não era subversão (referia-se agora à luta de 1964), era democracia» — concluiu.

Os Subversivos «— Subversivos, sim, são os que deram o golpe de abril de 1964, instaurando a ditadura militar revolucionária que oí temos para infelicidade do povo e vergonha da Nação Brasileira!» — exclamou Gregório diante dos juízes militares, atônitos porque jamais, dantes, haviam visto tanta coragem política e pessoal reunidas num homem só, num septuagénario, num homem doente, massacrado pelas torturas de Villocq e de Ibiopina. O promotor Acioli não se continha, de nervoso, na cadeira, o auditor, Amílcar Menezes, roía as unhas, traendo instabilidade. Os oficiais, porém, se mantinham impassíveis nas suas cadeiras de julgadores.

Gregório leu trechos de jornais estrangeiros, traduzidos em português, para comprovar que a ditadura estava dando, ao Brasil, triste fama lá fora. Já ninguém se iludia com a «falsa democracia» cabóclia. Citou acórdãos do Supremo Tribunal Federal para comprovar a sua tese de que os comunistas não estavam excluídos da vida política. Aproveitou o oportunidade, também, para desmascarar políticos e juristas burgueses que, «trairam seus princípios atrelando-se ao carro ditador.»

Denúncia No final do seu discurso Gregório Bezerra denunciou que, em 1963, nada menos de 20 camponeses foram assassinados. Na Usina Estreliana, cinco. Assassinatos, houve, também, na Usina Santo André, em També e em Caxangá, em solo pernambucano. Prestou a sua homenagem ao grande líder camponês vitimado em Sapé, Pedro Teixeira.

Acusou, nominalmente, dois usineiros pernambucanos de «assassinos covardes de camponeses», José Lopes de Siqueira Santos, ex-deputado federal, e Júlio Maranhão. O primeiro fez uso de uma metralhadora e matou cinco, de uma vez. A 2 de abril de 1964, José Lopes reclamou a sua morte, tanto à Policia Militar, como ao Exército. Queria trucidá-lo, com as próprias mãos. Júlio Maranhão eliminou, fisicamente, um trabalhador, à queima-roupa. Depois dôou um caixão barato ao morto e mandou enterrá-lo no cemitério particular. Os camponeses, revoltados, reexumaram o assassinado, compraram um caixão novo, mais decente e o expuseram, no ataúde, na sede do Sindicato Rural. O caixão velho foi posto na porta do escritório da Usina, com a guarda de trabalhadores rurais, noite e dia, para não ser retirado. E apodreceu ali. Decretou-se greve por trinta dias, até a vitória da reivindicação do delegado sindical assassinado — o pagamento dos atrasados — foi obtida.»

«— Assim lutavam os camponeses, vítimas dos atrocidades dos donos de terras» — disse Gregório.

Arraes «— O único governo que mandou opurar êsses crimes foi o governo do honrado doutor Miguel Arraes de Alencar» — prosseguiu Gregório. «— Por isso êsse governo foi alvo das investidas dos golpistas, em abril de 64» — ofirmou Gregório, exaltando a ação do governador deposto, aliás, réu no processo iníquo sôbre a «subversão em Pernambuco».

Outro pormenor interessante: Gregório usa da energia e da veemência sem chegar ao ataque pessoal. Quando, por exemplo, referiu ao Conselho que a espôsa do coronel Villocq assistira o seu espancamento usou o expressão: digníssima espôsa». Isso, apôs ter sofrido o que sofreu, o que revela um elevado sentimento humano, indispensável à boa formação moral de um revolucionário.

Inversão Gregório falou durante 40 minutos. Sua voz enchia de espanto os juizes militares. Ninguém imaginava que aquêle homem, com quase 70 anos, quebrado pelas torturas, de cabelos embranquecidos pelo tempo, reunisse, ao mesmo tempo, tanta energia e coragem para enfrentar a reação no seu próprio covil.

Os seus olhos cintilavam. Suas palavras queimavam como fogo, tinham o fôrça de um anátema bíblico. Elas passavam por cima dos juizes, pequenos demais para impedir-lhes o curso.

Se alguém entrasse, naquele momento, na sala da Auditoria, ficaria com a impressão de que Gregório Bezerra era o promotor de acusação e os membros da Justiça Militar, simbolizando a falsa «revolução» de 1º de abril de 1964, os verdadeiros acusados.

E, na verdade, o quadro político — não jurídico — era êsse mesmo, porquanto, o verdadeiro tribunal que julga os democratas é o da opinião pública, não os integrantes de justiças de classe ou de castas dominantes.

O veredito final quem dá é o História. E daí, porque, um jurista liberal, Carrara, escreveu: «Impossível incluir no quadro dos delitos os ações políticas».

Exaltação E Corrara próprio explicou porque:

«O que se pune como crime hoje é motivo de exaltação amanhã: de um lado a infâmia otirada ao réu, atingindo o sua família; do outro, a glória, a consagração da poesia popular e das legendas heróicas. Num dia o patíbulo e o execração; no dia seguinte a tumba coberta de flores, o monumento, o reconhecimento da História».

Olhe-se a própria História do Brasil: Tiradentes arrastado pelas ruas, cordo ao pescoço, pelos Villocqs da época, apôs ter sido torturado pelos inquisidores que se antecederam ao Ibiapina. Esquartelaram-no, declararam infame a sua descendência, salgaram-lhe a

própria casa, «para não nascer hera, nem mato». Trinta anos depois, o Brasil independente, o povo invade a cadeia, onde passou as últimas horas que antecederam a execução, arrastando, pelas ruas, as algemas de ferro, beijando-as, como sagradas. No local da fôrca, a Escola Tiradentes. No da cadeia, o Palácio Tiradentes, com a efígie do alferes-mártir. Tiradentes está em tudo, na prosa, na poesia, na pintura, até nos préstimos populares que descem do morro, evocando o seu sacrifício, ao som dos agoguês, dos otabaques e dos tamborins. Morreu o homem, nasceu o símbolo, mais indestrutível, ainda, do que o ser biológico, transitório e fraco.

Dever Não é uma atitude digna de um revolucionário saber que alguém, em alguma parte do país e do mundo, se encontra enclausurado, à mercê da reação, sem nada fazer em seu favor. A solidariedade política é o melhor termômetro para se conhecer do grau do nível ideológico de um combatente antiimperialista e antifascista.

Não basta ler o presente texto, é preciso divulgá-lo. Não basta divulgá-lo, é preciso que se dê o caráter organizado ao movimento de repulsa, que há de surgir do conhecimento das atrocidades que foram infligidas a Gregório Bezerra. É necessário, também, que se capitalize o resultado que há de advir, do exemplo de audácia e firmeza de Gregório diante da reação. O lugar vago, ocasionalmente, de Gregório, no movimento, terá de ser ocupado pelos gregórios que vivem, anônimamente, na massa e que devem ser trazidos às fileiras da Revolução Brasileira. É dos «filhos do povo» que ela se nutre e de que carece o Partido Comunista, o seu motor.

Para derrotar a ditadura entreguista que se institucionalizou, é dever dos democratas cerrar fileiras e zelar pela unidade das fôrças democráticas, combatendo toda espécie de divisionismo, de pessimismo, de capitulacionismo, de amargura e de pânico. Um homem como Gregório, isolado, entre quatro paredes, não se amedrontou. E nem sequer, perdeu o conhecimento exato da realidade brasileira, anunciando, como ele o fez, a natureza, aparentemente forte, mas intrinsecamente fraca da ditadura militar-fascistizante que aí está.

O essencial é a defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas. Comissões de defesa, de uma e outra prerrogativas do cidadão, e não apenas do cidadão, do homem, devem surgir por toda a parte. Nas cidades, nos campos, nos lares, nos quartéis. É preciso desmascarar, um a um, os processos monstruosos da reação. É necessário denunciar o caráter reacionário e fascista da sua nova e falsa «Constituição», na verdade, uma consolidação de ôtros institucionais terroristas, a que se juntaram princípios pilhados às cortas políticas do salazarismo e de outras correntes fascistas. Cumpre lutar

contra a Lei Contra a Imprensa, que se intitula de Imprensa, que visa calar as últimas vozes que defendem a Democracia no país. Cumpre barrar a nova Lei de Segurança Nacional, cópia servil da modelo legal de Mussolini e de Rocco, que punirá não só o ato mas, a própria intenção de se voltar contra os vende-pátria que assaltaram o poder em 1º de abril de 1964.

«— A liberdade — disse o Gregório aos juízes militares — é a bem maior.»

Com efeito, não há maior bem e, por isso mesmo, querem nos arrebatá-la toda, privando 85 milhões de brasileiros de dizerem o que pensam, de se reunir em praça pública, nos seus sindicatos, nas suas associações de classe. De se organizarem, enfim, porque um povo organizado não é, nem será nunca, escravo de ninguém.

Finalizemos recordando a letra do nosso Hino da Independência: «Liberdade, Liberdade, abre tuas asas sobre nós!»

Que as asas da Liberdade se Abram sobre Gregório. Que as asas da Liberdade se Abram sobre todo o povo brasileiro, iluminado pelo exemplo dos seus líderes indômitos, como Gregório, e guiado pela sua vanguarda, organizado, unido e forte, para a conquista da efetiva democracia pela qual lutaram, sofreram e morreram, os melhores filhos do povo brasileiro através de sua História.





